



## GT 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

### MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE SUA (RE)CONFIGURAÇÃO

#### *INSTITUTIONAL MEMORY: CONSTITUENT ELEMENTS OF ITS (RE)CONFIGURATION*

Icléia Thiesen - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Partindo do objetivo de rediscutir a configuração do conceito de memória institucional, pontuando alguns de seus elementos formadores, nos valeremos do referencial teórico constituído por autores dos campos de estudos da Ciência da Informação, da Filosofia e das Ciências humanas e sociais para verificar em que medida esse conceito permanece válido no contexto dos novos desafios trazidos por fenômenos contemporâneos que colocam em xeque a ciência, a verdade e a própria informação. Em face disso, define como marcos norteadores os seguintes questionamentos: que estratégias metodológicas podem esclarecer como as instituições lembram e esquecem? Como o tempo atravessa os espaços institucionais, atualizando o que outrora permanecia em silêncio? De que maneira e segundo quais procedimentos esses dispositivos documentam suas práticas e, dessa forma, configuram a memória-arquivo que será, posteriormente, objeto de estudo de pesquisadores? Resultados provisórios apontam para algumas ideias atualizadas no escopo das discussões levantadas, as quais indicam que, se não existe sociedade sem instituições, se essas constituem dispositivos que variam de acordo com sua natureza – social, psiquiátrica, jurídica, hospitalar, asilar, religiosa, escolar, partidária, policial etc. - , compreender os saberes que se formaram em suas bases e lhes deram origem é um passo fundamental para a caracterização de suas identidades, elemento basilar da memória que as constitui.

**Palavras-chave:** Memória institucional; arquivo; dispositivo; informação.

**Abstract:** Starting from the objective of re-discussing the configuration of the concept of Institutional Memory, punctuating some of its formative elements, we will make use of the theoretical reference made up of authors from the fields of studies of Information Science, Philosophy and Human and Social Sciences, with a view to verifying to what extent the referred concept remains valid in the context of the new challenges brought by contemporary phenomena that put science, truth and information itself at risk. What methodological strategies can shed light on how institutions remember and forget? How does time cross institutional spaces, updating what once remained silent? In what way and according to what procedures do these devices document their practices and, in this way, configure the memory-archive that, later, will be the object of study by researchers? Provisional results point to some updated ideas within the scope of the discussions raised. If there is no society without institutions, if these constitute devices that vary according to their nature - social, psychiatric, legal, hospital, asylum, religious, school, party, police etc. it is a fundamental step towards the characterization of its identity, a basic element of the memory that constitutes them.

**Keywords:** Institutional memory; archive; device; information.

## 1 INTRODUÇÃO

Discutir ou rediscutir o conceito de Memória institucional constitui o objetivo geral deste trabalho, que se propõe a estabelecer critérios para sua abordagem com base na literatura de diferentes áreas do conhecimento, não apenas a filosofia, a história, a memória social, mas também a Ciência da Informação, adotando por pressuposto que o tema em foco suscita o interesse dos campos do conhecimento que lidam com a informação e a comunicação.

Se é verdade que a maior parte das instituições que formam a sociedade contemporânea são remanescentes do grande encarceramento, conforme assinalado por Michel Foucault ao longo de sua obra, considera-se importante estudá-las em seus processos instituintes e verificar quais elementos integraram as bases de sua formação. A forma-prisão constituiu “um aparelho completo de observação, registro e notações para produzir sobre os indivíduos um saber que se acumula e se centraliza” (FOUCAULT, 1993, p. 223).

O modelo prisional inventado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, que se tornou conhecido como Panóptico (“o olho que tudo vê”), foi implementado no Brasil, na Casa de Correção da Corte<sup>1</sup>, no contexto turbulento da crise da Regência, palco de inúmeras revoltas que assustaram as elites do Império<sup>2</sup>. Essa prisão foi a primeira a ser construída no Brasil com o propósito de corrigir os prisioneiros e, após a internalização das regras de bem-viver, devolvê-los à sociedade.

Novas instituições e novos saberes se desenvolveram nesse período buscando identificar, vigiar e controlar os indivíduos. As técnicas de vigilância, controle e correção previstas no projeto benthamiano, tais como a exigência de trabalho e silêncio para cumprimento da pena, foram incorporadas no Regulamento da instituição. Nesse projeto arquitetônico, a luz desempenha papel essencial pois facilita a observação e o exame, além de promover a visibilidade dos prisioneiros. Uma documentação massiva foi desenvolvida, constituindo um amplo sistema de informações de natureza identificatória gerado nessas práticas cotidianas e colocado à disposição das instituições produtoras e usuárias,

---

<sup>1</sup> Essa instituição prisional foi posteriormente denominada Complexo da Frei Caneca. Teve sua construção iniciada em 1833, foi inaugurada em 1850 e demolida em 2010. Principal prisão do Segundo Reinado, no mesmo espaço abrigou a Casa de Detenção (1856), o Instituto de Menores Artesãos (1861) e, com a transferência de escravos do Calabouço, geriu diferentes indivíduos excluídos do convívio social. Outros presídios foram sendo construídos nesse espaço, ao longo do tempo, daí a mudança do nome para Complexo da Frei Caneca. No período da ditadura de 1964 ali ficaram encarcerados presos políticos, em uma ala do presídio Milton Dias Moreira.

<sup>2</sup> Soares (2014), citando Basile (2009), em quadro elaborado por ano, localização e tendências dos movimentos, contabilizou 29 revoltas ocorridas nas diversas províncias, na corte e na área rural, com diferentes durações, motivações e reivindicações.

simultaneamente. Um ateliê fotográfico foi ali construído sob a organização do diretor-médico e higienista Almeida Valle, estudioso da craneologia, interessado em identificar as causas da criminalidade em sintonia com os estudos eugenistas de seus contemporâneos, como Francis Galton e Cesare Lombroso. Assim, atendia às necessidades de identificar os prisioneiros e, em paralelo, fornecer informações à polícia e ao aparelho judiciário em casos de fuga.

Não sem razão, o século XIX produziu numerosos estudos e ações visando o combate ao crime, dando origem a diversos saberes, entre os quais a criminologia, a estatística criminal, a medicina legal, a medicina social e a literatura do crime (MACHADO, 1978). A identificação dos indivíduos coincide com a formação do Estado moderno, apregoando que para governar os homens e as coisas é preciso conhecer, examinar minuciosamente e categorizar as massas, o que significa nomear e instituir identidades sociais – conhecer para reconhecer.

Ao invés de analisar a instituição como produto, a escolha por verificar os processos que tornaram possível seu surgimento permite compreender sua natureza. A instituição é um corpo que nasce, cresce e se transforma no curso das suas atividades cotidianas. Durável, está sujeita a normas e regras que definem seu funcionamento e que se reproduzem em rotinas que garantam sua manutenção. Suscetível a mudanças e crises, a depender da sua natureza e do seu grau de permeabilidade ao olhar da sociedade, são abaladas em sua legitimidade.

Essa é a condição mais relevante com vistas à institucionalização de práticas sociais que se formalizam e se instituem – a legitimidade. Trata-se de uma questão maior que a define e a diferencia das organizações que privilegiam aspectos da eficiência no sentido de garantir sua permanência na sociedade. Daí a importância de compreender a diferença entre instituição e organização para não tomar uma pela outra. Embora a segunda esteja presente na primeira, enquanto conjunto de meios, isso por si só não evidencia as “relações de força que determinam o plano institucional que, por sua vez, define a organização” (THIESEN, 2013, p. 31).

A compreensão dos conceitos e sua irrupção na história é resultante, no escopo do presente estudo, de abordagem sugerida por Deleuze e Guattari em *Mil platôs*. Esses autores utilizam as imagens da árvore e do rizoma enquanto duas formas inteiramente diversas de criar conceitos, sendo o primeiro um modelo de natureza arborescente, em que há uma

hierarquização dos conceitos, evidenciando a hegemonia do significante. Já o modelo rizomático, inspirado na biologia, faz funcionar a identificação do fenômeno de maneira inversa, pois:

[...] o rizoma não é objeto de reprodução [...] o rizoma é uma antigenealogia [...] e se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32).

Os filósofos partem do princípio de que nada no universo está dado e tudo se encontra em processo. Propõem uma nova imagem do pensamento, sem os condicionantes e as exigências da representação na configuração dos conceitos que, dessa forma, os aprisionariam. Nesse sentido, é o próprio processo que constitui objeto de investigação, também pensado como condição de possibilidade para a compreensão da realidade. O conceito não pode ser aprisionado como significante, pois ele é um operador do pensamento. Não há conceito de conceito. Deleuze lembra que o universal não explica nada, “antes deve ser explicado” (DELEUZE, 1988, p. 18). Assim, a construção conceitual apontaria para o movimento (abordagem rizomática) e não para a forma (abordagem arborescente).

Abaixo são caracterizados alguns aspectos constitutivos da memória e da instituição, com vistas à compreensão do conceito de Memória institucional, bem como sua materialidade enquanto elemento fundamental de acesso às bases históricas e epistemológicas que integram sua identidade enquanto dispositivo em processo e, como tal, em constante mudança. Procuraremos elucidar algumas diferenciações que auxiliem a compreensão desse conceito, desidentificando-o de outras noções aparentemente sinônimas, como as de arquivo, coleção, repositório, entre outras.

## **2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: REDISSCUSSÃO DO CONCEITO**

A caracterização dos elementos constitutivos da Memória institucional passa, preliminarmente, pela compreensão do que vem a ser uma instituição. Ao invés de uma abordagem da instituição formada, com suas funções finalizadas, optamos por uma análise que evidencie os processos de institucionalização que estão na base de sua origem no campo social.

Os principais elementos teóricos acionados como referencial de análise são inspirados diretamente na obra de Michel Foucault e, de maneira correlata, em seus leitores e comentadores. As instituições são analisadas enquanto formas fundamentais de

saber-poder identificáveis em suas práticas, em seu modo de funcionamento. Foucault afirma que “o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação (...) é acima de tudo uma relação de forças e pressupõe por isso a liberdade. (FOUCAULT, 1993, p. 175). O filósofo também evidencia que o poder é microfísico: “Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza” (FOUCAULT, 1993, p. 141-142). Assim, analisar a formação de uma instituição passa por trazer à luz a articulação dos discursos e técnicas que estão em suas bases, bem como as relações de saber identificadas em suas práticas, com a finalidade de extrair daí as matrizes que tornaram possível sua emergência.

Se a materialidade da informação no campo da documentação constitui elemento fundamental no universo da pesquisa histórica, não significa que se deva confundi-la com a memória institucional, mesmo sendo um de seus elementos constituintes. As distinções podem ser configuradas, por exemplo, examinando-se o circuito informacional de cunho interinstitucional, na medida em que os documentos são reinscritos e reapropriados por diferentes sistemas de registro e acumulação documentária. Importa, ainda, considerar os processos de mediação documentária, problematização que se pergunta sobre as condições de produção dos documentos, sua intencionalidade, seus produtores e os respectivos circuitos de uso ao longo do tempo, verificando de que forma são apropriados e para quais finalidades.

Mais que isso, conforme alerta Bernd Frohmann (2008), leitor de Foucault, verifica-se a inscrição dos indivíduos em um campo de vigilância permanente, graças à materialidade que faz dos documentos muito mais que meros portadores de informação. Acerca disso, Foucault explica que a técnica do exame:

[...] faz a individualidade entrar no campo documentário. Seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui no nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância os situa igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. (FOUCAULT, 2014, p. 185).

Isso porque é da natureza das instituições seu funcionamento em rede, mormente quando se trata de instituições fechadas ou totais<sup>3</sup>, como prisão, asilo, convento, lazaretos, hospitais psiquiátricos etc. O arquivo, segundo as ideias do filósofo, se diferencia das definições do vocabulário da documentação, como “conjunto de documentos [...] produzidos ou recebidos e conservados por toda pessoa física ou moral ou por todo serviço ou organismo público ou privado no exercício de suas atividades” (BOULOGNE, 2005, p. 26). Para ele, “o arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor, sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele nos separa”. (FOUCAULT, 1987, p. 150). O arquivo “é antes a lei do que pode ser dito, o sistema que rege a aparição dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 1987, p. 149). É na densidade das práticas discursivas que podemos identificar:

[...] sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo* (FOUCAULT, 1987, p. 148).

No curso da sua análise, Foucault (1987, p. 151) nomeia as pesquisas no “horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo” - *arqueologia*. Explica, ainda, que não se trata de uma busca das origens nem uma sondagem geológica, trata-se da “descrição dos discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 1987, p. 151).

A noção de regime de verdade foi elaborada por Foucault em diferentes textos. Em *Verdade e poder*, originalmente publicado na França em 1977, ele explica que: “o que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como eles se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente” (FOUCAULT, 1993, p. 39). No fio da sua argumentação o filósofo esclarece seu interesse ao abordar a questão da verdade: “por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’, mas o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1993, p. 53). Em suma,

---

<sup>3</sup> Erwin Goffman (1987) define “instituições totais” como aquelas que administram inteiramente a vida de seus internos, como as prisões, manicômios e conventos. Nessa categoria entrariam ainda os institutos de cegos e os hospitais colônias ou lazaretos que, até poucas décadas atrás, mantinham os portadores de hanseníase em total isolamento da família e da sociedade.

[...] por ‘verdade,’ [devemos] entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade. (FOUCAULT, 1977, p. 54).

Em *A verdade e as formas jurídicas*, coletânea contendo 5 conferências realizadas na PUC-RJ em 1970 e publicada em 1996, o filósofo afirma que toda época tem seu regime de verdade: “sua política geral da verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir uns dos outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade.” (FOUCAULT, 1996, p. 13). Assim, Michel Foucault chama a atenção para o que as instituições consideram verdadeiro ou falso e, simultaneamente, indica uma seletividade que se reflete na formação da memória institucional (FOUCAULT, 1996, p. 13). Para ele a instituição é um dispositivo. Seu maior interesse não é a instituição em si, mas o processo de institucionalização mais amplo que permita pensar a disciplina. O que define uma ciência são regimes de enunciados a que dão origem, definíveis pelo visível e pelo enunciável.

Uma vez indicadas as pistas para se pensar os dispositivos, assinalamos a seguir algumas especificações apontadas por Foucault em sua obra, para em seguida discutir algumas ideias de pesquisadores da Ciência da Informação, leitores do filósofo.

Foucault considera dispositivos a prisão, a sexualidade, a loucura, a doença mental, os discursos, entre outros. Ao ser interrogado por seus entrevistadores sobre o sentido e a função metodológica do termo, explica:

O que tento identificar sob este nome é, primeiro, um conjunto decididamente heterogêneo, compreendendo discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões normativas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas, enfim: o dito, assim como o não-dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo ele mesmo é a rede que pode ser estabelecida entre esses elementos (FOUCAULT, 1977, p. 299).

Para melhor compreender as características e os elementos do dispositivo, é preciso seguir o fio das ideias conforme detalha o filósofo:

Em segundo lugar, o que gostaria de identificar no dispositivo é justamente a natureza do elo que pode existir entre esses elementos heterogêneos [...]. Em resumo, entre esses elementos, discursivos ou não, há como um jogo de mudanças de posição, mudanças de funções, que podem elas também ser bastante diferentes (FOUCAULT, 1977, p. 299).

O terceiro aspecto que Foucault evidencia é que o dispositivo é “uma espécie – digamos – de formação, que, em um dado momento histórico, teve como função principal

responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1977, p. 299). Contrariamente ao que poderia ser confundido com uma instituição pura e simplesmente, um dispositivo (1) está inscrito em um jogo de poder, mas não deve se confundir com ele; (2) difere da episteme que constitui um dispositivo especificamente discursivo, já que para Foucault o dispositivo é discursivo e não discursivo. Entretanto, é preciso ainda encontrar o lugar do saber e do *savoir-faire* nessa construção conceitual; (3) “É isso o dispositivo: estratégias de relações de força suportando tipos de saberes e suportadas por eles” (FOUCAULT, 1977, p. 300).

Maria Nélide González de Gómez e Bernd Frohmann, estudiosos da obra de Michel Foucault, contribuem para as primeiras discussões por ele propostas, ao incorporarem em seus respectivos estudos a noção de “regime” no campo da Ciência da Informação. Regime de informação é assim definido:

Um regime de informação é o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. (GONZÁLEZ DE GÓMES, 2003, p. 61).

Frohmann considera importante a retomada da atenção ao documento, uma vez que:

[...] se ‘documento’ nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação (FROHMANN, 2008, p. 21-22).

Avançando nessa discussão, em uma conferência realizada no Brasil, no âmbito do VII Enancib, Frohmann cita trecho da *Arqueologia do saber*, extraído das reflexões do filósofo o elemento-chave para pensar regimes de informação:

O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e percíveis (FROHMANN, 2008, p. 23).

Em estudos publicados em 2017, Icléia Thiesen reuniu e analisou essas ideias no contexto da organização e acesso aos arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI), que tinha sob sua égide outras 15 instituições que funcionaram durante a ditadura de 1964 no Brasil. Naquele momento, julgou necessário conhecer quais as estratégias definidas e utilizadas pelos sucessivos governos militares para a recuperação de uma imensa quantidade

de informações em tempo hábil para o combate às ações de resistência ao regime de exceção<sup>4</sup>. Um manual foi minuciosamente elaborado com vistas a permitir o acesso a uma imensa quantidade de documentos produzidos sobre indivíduos vigiados, presos políticos, partidos, lideranças, mortos e desaparecidos. Trata-se do Manual SARDI - Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação (SARDI, 1984).

Conforme observado pela autora, manuais constituem objetos materiais mediadores, dispositivos infocomunicacionais secundários, isto é, facilitadores no processo de obtenção de informações primárias e “se efetuam extraindo informação do suporte fornecido por um sistema primário e tratando-a por ela mesma, representando-a de forma simbólica” (COUZINET, 2009, p. 25). O referido manual permite o conhecimento das estratégias do regime para produzir e fazer circular informações, mas sobretudo revela o funcionamento dessa instituição, a produção documental e o *modus operandi* do regime. Sem esse dispositivo secundário seria impossível o manuseio dos documentos, em tempo real, por seus próprios produtores e mormente com vistas à pesquisa acadêmica pós-regime, recolhimento e abertura desse arquivo.

Apesar das inúmeras tentativas dos militares de ocultação ou destruição de rastros que revelariam os crimes cometidos durante a ditadura, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, bem como ex-prisioneiros políticos e/ou seus descendentes empreenderam buscas incessantes de pistas que permitissem reconstruir e revelar como o regime se estruturou, quais estratégias foram utilizadas para sua manutenção ao longo de mais de duas décadas. Esse processo se iniciou durante a vigência dos governos militares, seja através das primeiras publicações de cunho memorialístico de ex-militantes políticos, seja no processo que resultou na Lei da Anistia, mas também nas lutas pelo fim da ditadura, na mobilização da população pelas *Diretas Já*, entre muitas outras iniciativas. Apesar dos arquivos produzidos pelas instituições que integraram o SISNI estarem fechados naquela época, protegidos por legislação produzida pelo próprio regime, testemunhos foram

---

<sup>4</sup> Os arquivos integrantes do SISNI – Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação, recolhidos ao Arquivo Nacional e constantes do “Banco de Dados Memórias Reveladas, atingiram em 2019 18 milhões de páginas de documentos textuais digitalizados e com reconhecimento ótico de caracteres (OCR), incluindo acervos federais, estaduais e parte dos documentos produzidos e acumulados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)”. Disponível em: <https://www.gob.br/memoriasreveladas/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historico>. Acesso em: 20.9.2022.

produzidos e posteriormente registrados, grupos se mobilizaram para denunciar os crimes que ainda ocorriam, como o Grupo Tortura Nunca Mais e outros.

Dispositivos podem ser identificados como estratégias de atuação dos militares no cotidiano do país - a legislação de exceção, como os Atos Institucionais que impediram paulatinamente o funcionamento dos partidos, do Congresso, da circulação de informação; a propaganda do regime com apoio da mídia comercial, censura, vigilância, espionagem, sequestros, torturas, prisões em massa, polícias políticas etc. Técnicas e saberes aprendidos em treinamentos realizados nas escolas militares dos Estados Unidos e da França subsidiaram práticas violentas para conter a resistência ao regime. Contudo, uma “memória subterrânea” (POLLAK, 1989) circulava e começava a incomodar as instituições militares. A recusa na abertura dos arquivos – muitos dos quais posteriormente recolhidos às instituições arquivísticas e liberados para consulta – e a destruição de documentos são algumas das ações para impedir a comprovação dessas práticas. Trata-se da materialidade da memória institucional cuja configuração se encontra ainda em processo.

Conforme já evidenciado por inúmeros pesquisadores do tema, a memória se constrói e se reconstrói nos fluxos e refluxos do tempo e a Memória institucional contribui para fixar saberes e poderes que se reproduzem nas práticas cotidianas, mas também para confrontá-los e promover mudanças. É a ação o motor da mudança no jogo de forças que faz com que saberes e poderes sejam colocados em xeque e se diferenciem. Ademais, a caracterização da Memória institucional constitui um jogo sempre inacabado entre o instituinte e o instituído, demandando pesquisas que contemplem não apenas os respectivos fundamentos da instituição objeto de análise, mas, também, os diferentes atores que estão na base de seu funcionamento, para além de suas regras e normas.

Do ponto de vista metodológico, os dados coletados são analisados a partir do diálogo e do cruzamento entre os conceitos e os domínios de saber que circulam em cada época, na busca da revelação do pensamento social refletido em representações construídas historicamente. Outro procedimento relevante é a tentativa de caracterização de comunidades de sentido, verificadas a partir da análise de documentos que circularam em determinada época e que integram os arquivos históricos e, em especial, os de natureza judiciária e policial.

No caso analisado por Thiesen (2008), o modelo institucional da prisão no século XIX produziu informações e documentos sobre os criminosos, tais como fichas de entrada nos

livros de matrícula, com descrição minuciosa de suas características físicas e comportamentais, exames médicos, relatórios, estatísticas, relatos de ocorrências e, a partir de 1859, fotografias dos apenados. Avançando nessa análise, é possível se afirmar que:

Os registros produzidos no interior da instituição percorrem um circuito oficial. Os documentos gerados sobre o cotidiano prisional são enviados à Comissão Inspetora, ao Chefe de Polícia, às instituições do aparelho judiciário e à imprensa. Considerando-se que o documentar precede o documento, verifica-se a montagem de um sistema de informação a serviço das instituições do Estado. Tais relatórios, por força regulamentar eram publicados sistematicamente e o termo “informação” aparece com frequência em tais registros. (THIESEN, 2008, p. 05).

Ademais, os próprios documentos constituem superfícies de inscrição de informações e, ainda mais, a materialidade da informação. A montagem de um sistema de informação com valor de inteligência ali se esboçou e se configurou, compreendendo não apenas as bases da memória e da instituição, mas estratégias de vigilância e punição que se reproduziram ao longo do tempo e ainda hoje se reproduzem e se presentificam nas instituições carcerárias.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói e se reconstrói em práticas discursivas dinâmicas, podendo revelar suas condições de produção e as estratégias traçadas nas relações de saber-poder para que seja possível reconstruir e identificar sua emergência em determinada época, assim como sua deslegitimação no âmbito das lutas sociais<sup>5</sup>. O instituído e o instituinte são as suas duas faces.

Como identificar os elementos que escapam da configuração da memória de determinadas instituições? Quais as relações de poder-saber que permitiram seu surgimento em determinada época e lugar? Que características configuram sua singularidade que a diferencia das demais instituições, indicando assim sua identidade? Se as instituições lembram e esquecem – isso é inquestionável – será preciso identificar fatos, acontecimentos, saberes, práticas não reveladas aos atores que por elas se interessam – além do público, aqueles que movimentam a máquina institucional – funcionários, representantes de instituições conexas, sobretudo seus respectivos dirigentes. Não há fórmula única para

---

<sup>5</sup> O século XX viu nascer as lutas antimanicomiais, bem como o declínio do grande encarceramento quando diversas instituições fechadas ou totais sofrem o processo de deslegitimação. A “derrubada dos muros” dessas instituições asilares, psiquiátricas e até mesmo hospitalares revelou a extrema violência com que os internos eram tratados, constituindo-se muitas vezes em verdadeiros holocaustos.

desvelar o passado das instituições, o que nos indica a exigência de criar abordagem singular para cada instituição estudada.

Sabe-se que a verdade é dependente do tempo e vemos inúmeras vezes os fantasmas do passado saírem das sombras trazendo novas informações responsáveis por mudar os rumos de diversas pesquisas históricas. Na dinâmica das ações de resistência ao silêncio sobre a Ditadura de 1964 no Brasil e na busca por direitos verifica-se, por exemplo, a reescrita da história, no âmbito da chamada História do Tempo Presente, quando arquivos do antigo regime de exceção são abertos ao público, documentos sensíveis são revelados, informações são registradas em depoimentos colhidos que posteriormente constituirão o que Paul Ricoeur (2007, p. 170), denomina de “memória arquivada”. Estudar a natureza de tais documentos constitui regra básica para não cairmos em armadilhas. Conhecer as instituições produtoras, os agentes que integraram o regime e a cadeia de comando por onde os documentos circularam é o ponto de partida para a compreensão da natureza desses documentos e das instituições que colaboraram com regime. Um dos maiores desafios para a reconstrução da memória institucional, no que se refere à documentação produzida pelo regime, é discernir o que o regime dizia sobre si mesmo e sobretudo o que ocultava.

Com o avanço das pesquisas no decorrer das últimas décadas e os resultados dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (e suas congêneres), parte desse passado já se encontra conhecida. Entretanto, grandes desafios permanecem no horizonte – o julgamento dos agentes envolvidos nos crimes cometidos, a localização dos corpos dos desaparecidos políticos, a entrega e disponibilização dos arquivos das instituições de segurança e informação do exército, da marinha e da aeronáutica – CIE, CENIMAR E CISA.

É fato que o arquivo desempenha papel preponderante na reconstrução da memória e na pesquisa histórica. Legado de uma época, herança do passado, mas também indício de uma falta (ROUSSO, 1996). Nem tudo o que foi produzido no curso das atividades institucionais chegará aos arquivos. Tal como a seletividade da memória, nos movimentos de lembrar e esquecer, o arquivo sofre os efeitos de diversos processos de mediação, dos produtores às instituições de custódia. Enquanto lugar de memória, como marcado por Pierre Nora, não se confunde com a memória em suas diversas configurações se entendermos que memória é trabalho, é projeto, é ação! Escolhas determinam a memória institucional que deve refletir tendências que se configuram nessas formações sociais. Daí a

importância de se desnaturalizar a memória construída no espaço de atuação institucional e cruzá-la com os saberes por ela instituídos.

Configurar a memória institucional, tal como pensada neste estudo, é um desafio permanente, considerando-se o advento da Internet, concebida originalmente como rede de informações militares, onde muitas técnicas de vigilância aqui apontadas se expandiram e se complexificaram, colocando em risco a privacidade dos cidadãos. Os sistemas biométricos, cujas raízes encontram-se no século XIX, permitem hoje identificar qualquer pessoa a partir de parâmetros biológicos: impressões digitais, retina, voz, assinatura etc. Os perigos de tais dispositivos constituem:

Atentados potenciais à vida privada e a tentação de uma retomada do espaço público anônimo pelo desenvolvimento de infra-estruturas eletrônicas de informações, que suscitam vivas inquietudes. (...) a chegada de um sistema de vigilância generalizada que autorizaria a execução de uma espécie de triagem social dos indivíduos, a partir da definição de novos critérios de indesejabilidade. (CRETTEZ; PIAZZA, 2006, p. 13)

O cruzamento das noções de regimes de verdade, regimes de informação e dispositivos, bem como de dispositivos infocomunicacionais, tal como apropriadas e problematizadas por González de Gomez, Frohmann e Couzinet nos ajuda a pensar o deslocamento de sentido de um campo a outro do conhecimento, ou seja, da filosofia à Ciência da Informação e da Comunicação<sup>6</sup>, e todos contribuem para a compreensão do tema aqui proposto.

Se toda época tem seu regime de verdade, conforme assinalado por Michel Foucault, o compromisso com a verdade constitui a pedra angular da produção de conhecimento científico e seus processos de validação institucional, etapa fundamental do processo de comunicação entre cientistas, situando-se entre a produção de enunciados transitórios, sua verificação pela comunidade científica à qual são colocados em prova, até que sejam atestados como expressão da verdade.

Contudo, novos desafios impõem a problematização de noções que reclamam não apenas os estudos de regimes de verdade contemporâneos, mas o imperativo teórico-metodológico de confrontá-los com os “regimes de pós-verdade”. Fenômeno que se agigantou e hoje constitui matéria a ser investigada em todos os campos dos saberes. Um poderoso aparelho de desinformação, negacionismo, revisionismo ideológico, constituído de

---

<sup>6</sup> Nos últimos anos outros pesquisadores brasileiros se debruçaram sobre essas noções, atualizando-as a partir de questões e desafios da era da desinformação. Os limites deste trabalho nos impedem de abordá-las aqui.

tecnologias de informação em redes tentaculares avança sem que tenhamos no horizonte a dimensão exata de seus limites. Trata-se então de compreender o que rege essa sistemática “inversão de enunciados” e como eles se regem entre si, o que pressupõe analisar as práticas documentárias e seu grau de informatividade na configuração da “verdade” e seus efeitos nas relações saber-poder. Um novo vocabulário vem surgindo e suscita pesquisas que contemplem essa nova cultura política que se institui nas sociedades ocidentais. Uma nova arqueologia do saber entra em campo, com seus dispositivos. Matéria para futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

- BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial – Vol II – 1831-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BOULOGNE, Arlette (coord.). **Vocabulaire de la documentation**. Paris : ADBS, 2005.
- COUZINET, Viviane. Dispositifs info-communicationnels: contributions à une définition. In: COUZINET, Viviane. **Dispositifs info-communicationnels: questions de médiations documentaires**. Cachan: Lavoisier-Hermès, 2009, p. 19-30.
- CRETTEZ, Xavier; PIAZZA, Pierre (dirs.). **Du papier à biométrie: identifier les individus**. Paris : Presses de Sciences Politiques, 2006.
- DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif ? In: **Michel Foucault philosophe**. Rencontre Internationale. Paris: Seuil, 1988.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Os postulados da linguística. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, v.2**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault (entretien avec D. Colas, A. Grosrichard, G. Le Gaufey, J. Livi, G. Miller, J. Miller, J-A. Miller, C. Milliot, G.Wajeman) Ornicar ?. **Bulletin périodique du champ freidien**, juillet, 1977, n. 10, p.62-93.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. *Morpheus – Estudos interdisciplinares em Memória social*, 8 (14). Disponível

em: <http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4828>. Acesso em: 15 de set. 2023.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e político da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina; LARA, Marilda Lopes Gines de (orgs.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação**. Marília (SP): Fundepe Editora, 2008.

GOFFMAN, Erwin. **Manicômios, prisões, conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, v.32, n.1, p.60-77, 2003.

MACHADO, Roberto [et al]. **Danação da norma: medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Saber e Sociedade, 3).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROUSSO, Henri. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, 1996.

SARDI. Serviço Nacional de Informação. **Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação**. Manual. Brasília: Arquivo Nacional, 1984. Notação: BR\_DFANBSB\_V8\_TXT\_AGR\_DNF\_0038\_d.pdf.

SOARES, Joice de Souza. **Polícia e política no Rio de Janeiro do século XIX: um estudo sobre a Secretaria de Polícia da Corte e a construção da ordem na capital imperial (1833-1850)**, 2014. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

THIESEN, Icléia. Dispositifs info-communicationnels : le cas des archives du Service National d'Information au Brésil (1964-1990). In : FRAYSSE, Patrick ; GARDIÈS, Cécile ; FABRE, Isabelle (dirs.). **Sur les sciences de l'information et de la communication** : contributions hybrides autour des travaux de Viviane Couzinet. Toulouse: Cépaduès-Éditions, 2017. p. 353-369.

THIESEN, Icléia. Inteligência informacional: revisitando a informação na história. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p. 1-15.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.